

As mulheres no *Pasquim*: uma questão de gênero

Thiago do Vale Pereira Livramento¹

Resumo

O objetivo da comunicação é apresentar uma análise de imagens veiculadas no jornal *Pasquim*, famoso periódico carioca, que circulou nos anos de 1970 e 1980, período marcado na história do Brasil pelo governo da Doutrina de Segurança Nacional. Para essa análise, estou utilizando a categoria Gênero como suporte teórico. O *Pasquim* foi considerado o mais importante periódico dos chamados alternativos, principalmente em função da sua abrangência dentro do período. Pretendo contextualizar o jornal na época de sua edição e circulação, assim como apresentar a forma como este surgiu e suas principais características. Com relação às imagens, realizo uma discussão sobre como o jornal, através de charges, reforçava ou transgredia as hierarquias de gênero. Destaco que este periódico tem sido acusado de ser antifeminista e de focalizar as mulheres como objetos. Nesta comunicação pretendo apenas dar destaque aos desenhos onde as mulheres são representadas. O presente trabalho é um recorte no meu projeto de pesquisa de mestrado, cuja temática gira em torno das representações das hierarquias de gênero em imagens veiculadas em periódicos alternativos do Brasil e do Paraguai no decorrer de suas ditaduras.

Palavras - chave: Imprensa Alternativa, Ditadura, *Pasquim* e Gênero.

¹ O autor é graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é mestrando do programa de Pós Graduação em História da mesma instituição. Email: evilskull05@gmail.com

A segunda metade do século XX ficou marcada na história dos países que compõem a região do Cone Sul² por causa da Doutrina de Segurança Nacional, que também é conhecida como ditadura militar e, pelos movimentos formados pelas mais distintas partes da sociedade civil. Dentre esses movimentos, destacam-se os de resistências aos golpes militares, o da contracultura, o de Segunda Onda do Feminismo,³ o de anistia, entre outros. Uma das formas encontradas por esses grupos de para divulgar as injustiças cometidas, tanto pelos governos ditatoriais quanto pelos conservadorismos da sociedade, foi através da mídia e, mais especificamente, a imprensa.

Esse tipo de imprensa que estava ligada a grupos que não compactuavam com os ideais da sociedade da época ficou nominalmente conhecida como imprensa alternativa ou nanica. Apesar dela já existir no país, foi no decorrer da Ditadura Militar que ela ganhou destaque na sociedade. Concomitantemente a isso, passou a receber uma maior atenção das forças governamentais. O emergir dessa imprensa é constatado por Chinem, quando aponta que durante os 21 anos de ditadura militar brasileira “nasceram e morreram cerca de 300 periódicos que se caracterizavam pela oposição intransigente ao regime”. (CHINEM, 2004, p.7).

Dentre as características da imprensa alternativa, destaca-se que a principal delas era cobrar “com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos”. (KUCINSKI, 2003, p. 13). Além disso, a denominação alternativa se dava pela “produção de veículos voltados a demandas e interesses sociais, que não atuam nos limites do mercado tradicional [...] da informação”. (WOITOWICZ, 2009, p. 13). Sendo assim, o aparelho repressor militar via nesses periódicos uma ameaça ao governo e acabou os submetendo a um regime especial de censura prévia.

Os periódicos alternativos brasileiros foram divididos em duas categorias, quais sejam: os políticos e os da contracultura. Todavia, ambas as categorias emergiram

da articulação de duas forças igualmente compulsiva: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. (KUCINSKI, 2003, p. 16).

²Os países que compõem tal região são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

³Didaticamente o feminismo é dividido em duas ondas: a primeira refere-se às manifestações que reivindicavam a ampliação dos direitos civis de mulheres no final do século XIX e início do século XX; a segunda faz referência as manifestações iniciadas na década de 1960 em que as bandeiras de luta estavam articuladas a questões de sexualidade e de subjetividade.

Como consequência disso os alternativos se tornaram um dos principais locais de organização das esquerdas brasileiras, tendo em vista o contexto do período que ficou marcado pelo autoritarismo e perdas de direitos. Direitos, esses, que foram sendo arrancados da população a cada ato institucional⁴ promulgado pelo governo.

No interior desse amplo universo alternativo, muitos periódicos se destacaram pelo uso do humor, seja através de charges ou de textos. Essas formas de humor foram utilizadas com intuito de provocar risos e reflexões nos leitores. Porém, pode-se dizer que também foram utilizados como forma de ridicularização de certos movimentos, dentre eles, o feminista.

O jornal que se destacou pelo uso do humor e da sátira foi o semanário carioca *O Pasquim*.⁵ Tende-se ele como objeto de análise, visto sua abrangência em termos de leitores e leitoras, pelo fácil acesso aos seus exemplares, pelo seu tempo de circulação⁶ e, principalmente, por ser conhecido entre pesquisadoras e pesquisadores como um jornal misógino. (SOIHET, 2005, pp. 591-661).

Dessa maneira, o objetivo desse trabalho é analisar as imagens veiculadas nesse semanário, tendo como categoria central de análise o gênero. Partiu-se da perspectiva apresentada por Joan Scott, na qual “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é um primeiro modo de dar significado às ações de poder”. (SCOTT, 1990, p. 14). Com isso, entende-se gênero como uma construção histórico-social, que se determina por meio dos discursos, das relações sociais e das representações culturais.

Como esse trabalho utilizou jornais como fonte de pesquisa, as discussões e as reflexões metodológicas apresentadas por De Luca foram bastante pertinentes. A autora afirma que

a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. [...] Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. (LUCA, 2005, p. 139-140).

E não somente isso, a própria autora destaca que o uso da imprensa como fonte de pesquisa, decorre outros pontos para além da exploração simples de seu conteúdo, isto é,

⁴ Ao todo foram promulgados 5 atos institucionais.

⁵ O primeiro número d'*O Pasquim* data de 26 de junho de 1969.

⁶ *O Pasquim* circulou no Brasil de 1969 até meados da década de 1980

“jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita”. (LUCA, 2005, p. 140).

Portanto, entende-se as imagens pertencentes no *Pasquim*, como dispositivos capazes de produzir sujeitos e sentidos, não apenas para os leitores, mas também para seus produtores, pois ao lançarem sentidos, estão simultaneamente se produzindo.

O *Pasquim*

Em um momento em que a imprensa brasileira tanto oficial, quanto alternativa, ainda estava se recuperando do AI-5,⁷ foi criado um jornal na cidade do Rio de Janeiro: *O Pasquim*. Esse jornal se caracterizou pelo seu estilo debochado e irreverente, que fugia do viés político tradicionalmente visto em jornais alternativos. Por isso, ele foi considerado um ícone dentro do movimento da contracultura. A redação era composta por cinco jornalistas, que são: Jaguar, Sérgio Cabral, Tarso de Castro, Carlos Prosperi e Claudius.

A ideia inicial de Jaguar era editar um jornal apenas para o bairro de Ipanema. Porém, logo em seu primeiro número, o *Pasquim* vendeu dez mil exemplares, (CHINEM, 2004, p. 90) além de ultrapassar as fronteiras do Estado fluminense. A tiragem cresceu até se estabilizar em 225 mil exemplares, quando já estava acima da trigésima edição. Quanto ao nome do jornal, o idealizador Jaguar o justificava, pois o termo não era possível de ser rebaixado, como, por exemplo, colocando-o no diminutivo.

Os alvos centrais das publicações do jornal eram: a ditadura, a classe média conservadora e a grande imprensa. No entanto, pode-se dizer também, que o jornal era conservador e por vezes reproduzidor do conservadorismo:

O *Pasquim* era machista, fazendo do feminismo e do homossexualismo objetos de chacota e provocação, outra influencia da revista **Playboy**, que considerava homossexualismo uma aberração, e o feminismo uma ameaça ao romantismo nas relações amorosas. (KUCINSKI, 2003, p. 215).

Esse estilo machista do jornal podia ser visto em artigos assinados por Ivan Lessa, Ziraldo e Paulo Francis, no qual a luta feminista estava quase sempre associada a uma

⁷O ato foi editado no dia 13 de dezembro de 1968, durante o governo do presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco. A censura causada pelo ato foi responsável por empobrecer as atividades artísticas e intelectuais durante 10 anos.

frustração sexual. Fora isso, tinha-se não apenas dentro do jornal, como também no interior dos movimentos de resistência, a ideia de que a luta feminista era divisionista de uma luta maior contra o governo repressor. Isso fica mais claro em uma matéria de Ivan Lessa, quando este afirma: “Ei, feministas: em primeiro lugar os direitos humanos. Depois, então, a gente vê o caso de vocês, tá?”. (*PASQUIM*, n. 345, Fevereiro de 1976, p.31). Ou seja, pensava-se que resolvido os problemas das desigualdades sociais, da repressão e do conservadorismo, os problemas das mulheres estaria também resolvido.

Ressalta-se ainda que os integrantes do jornal tinham como prática a restauração de antigos estereótipos com relação as feministas da época, dentre eles, “a feiúra, a menor inteligência ou, inversamente, o perigo da presença desse atributo, a inconseqüência, a tendência à transgressão, a masculinidade”. (SOIHET, 2005, p. 595). Assim, percebeu-se que o periódico utilizava dos mesmo termos que os governantes utilizavam para rebaixar as mulheres militantes e as feministas. Esse tipo de prática costumeira no jornal foi considerada como uma forma de violência simbólica contra as feministas do período. (SOIHET, 2005, p. 609). Pode-se então dizer, que para os integrantes do jornal as mulheres tinham que se preocupar com sua beleza, atividades relacionadas ao lar, satisfazer os desejos dos maridos quando casadas e se submeter as ordens do pai quando solteiras.

Porém, o jornal não ficou marcado somente pelo seu caráter misógino. A revolução no uso da linguagem também foi destaque. Assim, o *Pasquim* se utilizou da linguagem coloquial e, não da jornalística, algo que posteriormente passou a ser utilizada pela grande imprensa. Destaca-se, que essa modificação só foi possível em conseqüência da introdução tecnológica feita por Jaguar: o uso do gravador.

Foi a partir do momento em que o *Pasquim* extrapolou a marca de duzentos mil exemplares, que os órgãos repressivos do governo militar passaram a criar teses sobre ele. A principal delas era a de que ele funcionava como um instrumento de subversão da família brasileira, pois o jornal estava consolidado junto aos filhos da classe média. A criação dessa tese fazia parte da Doutrina de Segurança Nacional, no qual segundo seus defensores diziam que a imprensa era um local que privilegiava a infiltração de idéias comunistas no Brasil. Junto a isso, a grande imprensa também passou a ironizar o jornal, pois com a grande vendagem do *Pasquim*, ele arrecadou leitores das grandes revistas pertencentes às grandes editoras.

A censura, que antes era esporádica, no ano de 1970, intensificou-se com a publicação de uma edição do jornal dedicada a Dom Helder Câmara, um dos líderes religiosos defensor dos direitos humanos no Brasil. A partir dela, o governo obrigou a redação a enviar todas as matérias antes de serem publicadas para análise da Polícia Federal. Essa estratégia repressiva aumentou significativamente quando o então grupo de controle a luta armada do exército, o DOI-CODI, invadiu a redação do *Pasquim* e prendeu praticamente todos os integrantes, salvo exceção de Tarso de Castro que fugiu pelos fundos do prédio. (KUCINSKI, 2003, p. 218). Esse episódio não impediu o jornal de continuar a ser editado e distribuído, porém, suas vendas declinaram drasticamente.

No ano de 1973, a censura que anteriormente era feita pela sub-divisão da Polícia Federal do Rio de Janeiro, passou a ser realizada pela central em Brasília. Essa posição do governo só se modificou em 1975, quando a censura prévia foi retirada. Estava, assim, encerrado o período de resistência do *Pasquim* e começava a fase “do jornal mais autoconsciente politicamente e promotor de campanhas políticas e da anistia”. (KUCINSKI, 2003, p. 227).

Com o fim da censura o jornal voltou a circular tranquilamente pela sociedade da época, porém, seu editorial passou por mudanças com a saída de alguns jornalistas e contribuidores. A partir dos anos de 1980, com o fim do bipartidarismo no Brasil, o jornal passou a refletir sobre os pensamentos políticos dos partidos brasileiros. Entretanto, sem sua característica humorística, as vendas do periódico declinaram sobremaneira. O *Pasquim* ainda sobreviveu, sobre a batuta de Jaguar, até o ano de 1988, sendo fechado após 20 anos de vida ininterrupta, o que é considerado um recorde para a imprensa alternativa brasileira. (CHINEM, 2004, p. 104).

Para além da imagem

O *Pasquim* foi considerado (SOIHET, 2005, pp. 591 – 611) um jornal que debochava das questões abordadas pela luta feminista e, também, da opção sexual das pessoas. Esse tipo de atitude influenciou a criação de uma aversão ao jornal por parte dos grupos que sofriam com as sátiras publicadas nas páginas de cada número editado. Essas gozações eram feitas tanto por meio de textos quanto imagens.

Muitas dessas sátiras, charges ou notícias vieram a ser publicadas após o ano de 1975, ano que foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o ano da mulher. Em uma delas, tem-se a fotografia de várias bundas femininas de biquínis, juntamente com um texto de autoria do Ziraldo, que em seu último parágrafo faz uma provocação as feministas, quando diz que todas as fotos daquela página foram tiradas pelo seu “fotógrafo feminista, Waler Guelman. Numa homenagem a todas as publicações do Brasil que não usam mulher pra vender mais. Quais?”. (PASQUIM, n. 398, Fevereiro de 1977, p. 16-17).

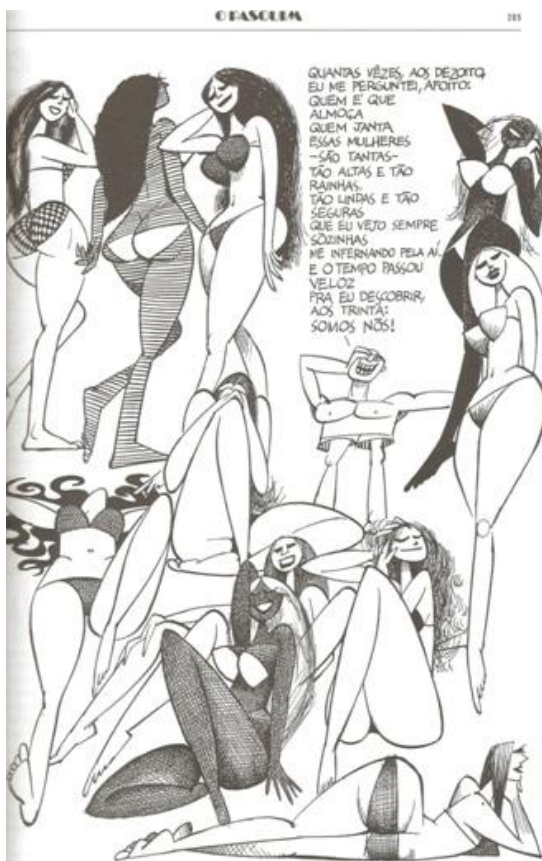
Ao se folhear as páginas do *Pasquim* é evidente em comparação a qualquer periódico alternativo da época, o uso da linguagem coloquial, do palavrão, das gírias, assim como um teor irônico em suas charges e seus personagens, sua marca “registrada”. Com relação às imagens veiculadas, pode-se dizer que seu principal cartunista foi Ziraldo, entretanto, outros integrantes também contribuía com seus desenhos.

Ziraldo se tornou alvo de críticas feministas e de grupos homossexuais por causa de suas colocações, em parte publicadas em entrevistas no *Pasquim*. Em uma dessas declarações, o cartunista coloca a submissão feminina como algo importante numa relação sexual. (PASQUIM, n. 704, Dezembro de 1982, p. 8-13). Em outra, por meio de uma charge, a qual modifica a frase “Nosso corpo *nos* pertence” pela “Nossos corpos *nus* pertencem”, Ziraldo zomba da luta pelo direito sobre o corpo. Essa atitude fez com que ele fosse comparado ao homicida Doca Street,⁸ tendo em vista que o domínio sobre o próprio corpo era uma das lutas do movimento feminista.

Um desenho publicado no número 96, do mês de maio de 1971, de autoria de Ziraldo, revela um discurso da mulher como um objeto (Imagem 1). A frase em forma de verso deixa isso bem evidente: *Quantas vezes, aos dezoito, eu me perguntei, afoito: quem é que almoça quem janta essas mulheres [...]*. Primeiramente ao utilizar as palavras “almoça” e “janta”, pode-se entender que as mulheres servem apenas para ser “comidas”, como qualquer tipo de alimento. Isso faz com que elas sejam vistas como objetos descartáveis. Ao mesmo tempo, isso pode reforçar a naturalização do instinto animal nos homens, uma vez eles as usam apenas para satisfazer suas necessidades instintivas imediatas. De outro modo, ao expressar as mulheres com coxas grossas, quadril lagos, bundas grandes, cinturas finas, seios fartos e cabelos compridos, Ziraldo, em grande medida, reproduz um padrão do que deveria ser beleza feminina para a época.

⁸ Essa charge foi publicada no Jornal do Brasil. O domínio sobre o próprio corpo era uma das lutas das feministas.

Imagem 1

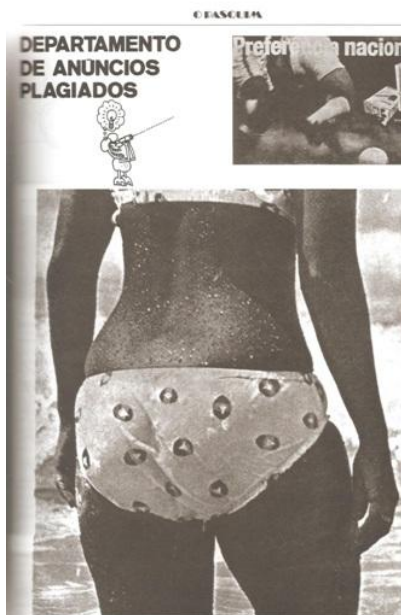


Fonte (AUGUSTO; JAGUAR, 2006, p. 205).

A imagem 2 é uma modificação de dois anúncios publicitários e foi veiculada no número 105 de julho de 1971. Antes de iniciar sua análise, vale destacar que o meio publicitário já se tornou objeto de estudo por parte de pesquisadores interessados na área de gênero.⁹ Isso se deve em decorrência da capacidade dos anúncios em reiterar os papéis de gênero e, também, por eles serem um dos meios de maior influência na construção de estereótipos e disseminação de ideais.

⁹ Dentre os estudos e pesquisas realizadas nessa temática, destaco os das professoras Iara Beleli – professora da UNICAMP e Suzana Borneo Funck – professora da UFSC.

Imagem 2



Fonte (AUGUSTO; JAGUAR, 2006, p. 235).

Esse anúncio faz parte de uma sessão de plágios de anúncios publicitários brasileiros, no qual seus integrantes fazem uma montagem a partir de imagens pertencentes a outros periódicos. Assim, se vê o recorte de duas imagens: 1) da bunda de uma mulher de biquíni; 2) da marca de um cigarro com a frase: *Preferência nacional*. Essa junção faz entender que a bunda é a preferência nacional.

A cultural brasileira se constituiu por meio da miscigenação de raças e, que foi a partir dessa mistura, que para muitos se construiu “a mulata como mulher ideal”. Esse título da mulata como “mulher ideal” é fruto da ideia de que ela “preserva características da sensualidade bestial da negra em modos ‘afinados’ pelo sangue branco”. (PINHO, 2004, p. 112). A adoração da mulata e de seu corpo criou uma veneração pela bunda, retratada na imagem. Compreende-se que essa veneração é fruto de uma construção histórico-cultural da sociedade, na qual a mulher é colocada como objeto.

A próxima imagem a ser analisada retrata novamente a questão da mulher como objeto e foi publicada no número 99 de maio/junho de 1971. O desenho mostra o pai apresentando para seu filho suas futuras aquisições. No entanto, ele pouco se importa com o que o pai está dizendo, pois sua única preocupação é com a mulher que se encontra na sala. Ela é desenhada com um corpo escultural, usa roupa curta que enaltece suas curvas e formas, cabelos compridos que remete a sensualidade.

A imagem da mulher pode ser remetida a representação que se tem, em grande medida, na televisão, das funcionárias que trabalham em escritórios, onde estas normalmente são contratadas para exercer funções que são consideradas inferiores. Além disso, essa mídia também representa essas mulheres como amantes de seus patrões, como se isso fosse uma extensão de sua função profissional, generalizando essa prática para todas as mulheres.

Imagem 3



Fonte (AUGUSTO; JAGUAR, 2006, p. 209).

A última imagem (imagem 4) escolhida para ser analisada nesse artigo é a capa da edição de número 314, de julho de 1975. Como já foi mencionado, esse ano foi escolhido pela ONU como o ano da mulher. O texto principal da capa avisa que as decisões das feministas tomadas no congresso do México serão reveladas nas páginas interiores. Entretanto, o que chama a atenção à primeira vista não é esse texto, mas sim as mudanças de papéis de gênero feitas na fotografia. A mulher assume o papel de chefe da família e aparece vestida como um homem, ao lado, em pé, fumando charuto.

Ao articular a imagem à manchete, pode-se entender que existe uma chacota às reivindicações feministas. Além disso, ao prestar melhor atenção na foto, na parte inferior dela se vê uma seta apontada para o sapato da mulher vestida de homem, com a seguinte palavra: sapatão.

Esse tipo de associação das feministas com o termo “sapatão”, funciona como uma reiteração da ideia de que todas as feministas são lésbicas. Algo que o governo já fazia e que

muitas vezes a grande imprensa reinterava. Isso funcionava como rebaixamento da moral dessas mulheres e, também, uma forma de avisar as outras, que caso elas viessem a se tornar feministas perderiam sua feminilidade.

Imagem 4



Fonte (PASQUIM, n. 314, Julho de 1975, capa).

Algumas considerações

Se no período da ditadura brasileira os jornais alternativos muitas vezes se diziam um meio de manifestação, de busca por direitos e liberdades e, além disso, foram essenciais para que parte da população tivesse acesso a alguma informação sobre a política nacional, na sua grande maioria, quando se tratava de assuntos ligados às mulheres se abstiveram, afirmando que tais não eram de suma importância para o futuro do país.

O *Pasquim*, considerado um dos mais importantes alternativos das décadas de 1970 e 1980, não deixou de discutir assuntos relacionados às lutas das mulheres, no entanto, fez das

questões de gênero e das lutas feministas motivo de chacota e gozação, ao ponto de um de seus jornalistas afirmar que essas lutas de nada serviam.¹⁰

Quando se focaliza nas questões de gênero, é nítida a verificação do uso da mulher como um simples objeto de uso do homem. As charges apresentadas demonstram isso e, elas representam uma pequena parcela das que se pode encontrar dentro do jornal.¹¹ Se levarmos em consideração o fato do periódico ter grande importância para o período e para a população,¹² representar as mulheres como ele fazia é repetir o conservadorismo histórico-social e, não ser um jornal libertário como seus jornalistas proclamavam estar fazendo.

Alguns podem dizer que o jornal tinha o intuito de alegrar o povo com suas charges, todavia é preciso lembrar que isso pode ser considerado uma naturalização das questões de gênero e que conseqüentemente atuava de forma conservadora, fugindo da ideia de uma sociedade mais justa, livre e igualitária.

A partir dessas explanações, percebe-se que por mais que a sociedade no decorrer do período militar lutasse por seus direitos, as diferenciações dos sexos continuavam a ser difundidas, fortalecendo assim as questões de gênero.

Referencias

AUGUSTO, Sérgio; JAGUAR (org.). **O melhor do Pasquim**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.

BELELI, Iara. Corpo e Identidade na Propaganda. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis. n. 15. 1/2007.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de Guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet**. São Paulo: Editora Disal, 2004.

FAUSTO, Boris. **Historia do Brasil**. 13 ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil contemporâneo**. 4 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

¹⁰ Entrevista citada anteriormente feita com Zivaldo.

¹¹ Varias são as notícias, charges, fotos em que as mulheres são simplesmente colocadas como inferiores aos homens.

¹² A importância do jornal aqui é colocada dentro da perspectiva de materialidade do objeto de Roger Chartier, onde é preciso verificar onde e como as questões estão sendo divulgadas.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PEDRO, Joana Maria; VEIGA, Ana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (org.) **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

PINHO, Osmundo de Araújo. **O efeito do sexo**: políticas de raça, gênero e miscigenação. Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas, v. 23, p. 89 – 120, 2004.

SANT'ANNA, Denise B. (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

SODRE, Nelson Werneck . **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma anti-feminista: instrumento conservador entre libertários. In: **Revista de Estudos Feministas** Florianópolis, 13 (3): 320, setembro-dezembro/2005. pp. 591 – 611.